



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

Processo: E-13/001/643/2015

Pregão Eletrônico nº 004/2015

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO Nº 004/2015

Trata o presente de resposta ao pedido de impugnação ao edital do pregão eletrônico nº 004/2015, interposto pela empresa Beneditinos Bazar e Papelaria LTDA.

1. HISTÓRICO

Às 10:12 h do dia 08 de setembro de 2015, a Empresa Beneditinos Bazar e Papelaria LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.788.843/0001-80, com sede na Rua Beneditinos nº 26 Grupo 201, Rio de Janeiro – RJ, apresentou impugnação por meio eletrônico no endereço indicado no Edital, qual seja, *divcom@subsecmilitar.rj.gov.br*, nos seguintes termos:

“Insurge-se o licitante quanto ao disposto no Edital do PE nº 04/2015, visando a aquisição de suprimentos de informática, referente às especificações do objeto do certame, qual seja a indicação da necessidade de serem adquiridos tonners da marca HP. Confira a cláusula 2 do edital:

2 - DO OBJETO

2.1 - AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS ORIGINAIS DO FABRICANTE PARA IMPRESSORAS”

*Ocorre que a lei de Licitações é clara ao dispor sobre a **vedação à indicação de marca quando das aquisições realizadas pela Administração Pública.**”*



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

2. DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2015

2.1. DA TEMPESTIVIDADE

Consoante o item 1.6 do Edital, “ os interessados poderão formular impugnações ao presente edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão(...) e-mail divcom@subsecmilitar.rj.gov.br”.

Considerando que o início da sessão pública do Pregão eletrônico nº 004/2015 havia sido marcada para as 10:00 horas do dia 18 de setembro de 2015, a citada empresa através de seu Gerente Comercial Tauê Arêas Couto, atendeu ao requisito tempestividade.

2.2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO PEDIDO

A impugnação baseia-se nos dispositivos abaixo elencados, da Lei Federal nº 8.666/1993:

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, **a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo da empresa)*

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (grifo da empresa)

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca; (grifo da empresa)

2.3. DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO ALEGADAS

A empresa alega que o edital do Pregão Eletrônico nº 004/2015, ao indicar marca, fere o princípio da legalidade (p.9), bem como à ampla competitividade e à isonomia, além de não cumprir com a finalidade do certame, qual seja a busca pela proposta mais vantajosa para a Administração. (p. 3)



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

Do mesmo modo, aponta que houve afronta ao princípio da Isonomia e da Motivação, uma vez que a ampliação ou restrição do universo das empresas interessadas na licitação deve ser obrigatoriamente motivada. (p.8)

3. DOS ESCLARECIMENTOS QUANTO ÀS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DO CERTAME

A Administração assim definiu no subitem nº 2.1 do Edital, o objeto do certame:

“2.1 O objeto do presente pregão eletrônico é a AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS ORIGINAIS DO FABRICANTE PARA IMPRESSORAS, a fim de atender as necessidades da Subsecretaria Militar da Casa Civil, conforme especificação detalhada no Termo de Referência – Anexo I.”

O órgão técnico ao especificar que os cartuchos a serem adquiridos deveriam ser originais do fabricante para impressoras, quis meramente expressar que os cartuchos deveriam ser originais do fabricante do cartucho.

Com tal medida, objetivou evitar a aquisição de produtos remanufaturados, reciclados ou recarregados de baixa qualidade, à medida que podem apresentar defeitos técnicos, vindo a ocasionar danos aos equipamentos onde forem utilizados.

Desta forma, a Administração buscou deixar claro que apenas serão aceitos produtos originais, ou seja, produtos novos, de primeiro uso e que não sejam recondicionados, reprocessados, recarregados, remanufaturados ou reciclados.

Cumpre esclarecer, portanto, que serão aceitos produtos de outros fabricantes desde que compatíveis com os produtos originais do fabricante do equipamento de impressão. Tal compatibilidade será comprovada OBRIGATORIAMENTE por meio do respectivo laudo técnico emitido pelo Setor competente desta SSMCC, mediante a entrega de amostra pelos arrematantes de cada Lote.

Cabe esclarecer, que em nenhum momento do Edital ou do Termo de referência, a marca dos cartuchos é citada. Portanto, não há que se falar em ofensa à legalidade. Pelo



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

contrário, o mandamento do art. 15 § 7º da Lei Federal nº 8.666/1993, foi inteiramente observado, havendo especificação completa dos bens a serem adquiridos sem indicação de marca.

Vale destacar que os princípios da competitividade e da isonomia foram, decerto, acatados neste certame, posto que a aquisição de cartuchos originais do fabricante de cartuchos não restringe o universo de participantes, mas visa atender, sobretudo, o princípio da Economicidade, segundo o qual, a Administração Pública deve primar pelo preço, mas também pela qualidade. Nesse mesmo sentido, a vantajosidade para Administração não foi fulminada, como outrora dito, aliás, impende salientar, foi ponderada com o princípio da Economicidade que, segundo Justen Filho (2005, p.54)¹, “impõe adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos (...) envolve o enfoque de custo-benefício”.

Nos termos do Manual de Auditoria do TCE-RJ² a Economicidade é definida como “capacidade de minimizar custos dos recursos utilizados na consecução de uma atividade sem o comprometimento dos padrões de qualidade”.

4 -DA ANÁLISE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO e CONCLUSÃO

Após análise minuciosa dos argumentos apresentados pela empresa **BENEDITINOS BAZAR E PAPELARIA LTDA. - ME**, este Diretor Geral de Administração e Finanças, entendeu que o prosseguimento do Pregão Eletrônico nº 004/2015, em nada compromete os princípios norteadores da Administração Pública ou qualquer outro princípio que oriente as Contratações em especial, o da Competitividade, da Isonomia, da Seleção da Proposta Mais Vantajosa e da Legalidade, não apresentando quaisquer restrições a nenhum deles ou afronta à legislação vigente.

Entendeu, entretanto, este Diretor que a descrição do objeto deu margem a interpretação dúbia, gerando possíveis dúvidas aos licitantes interessados, apesar de compreender que

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 11 ed. São Paulo: Ed. Dialética, 2005.

² Manual de Auditoria Governamental do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - MAG/TCERJ. 1 ed. 2010. p. 22.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar

os argumentos apresentados pela parte pleiteante não encontram sustentabilidade diante dos esclarecimentos prestados pela Administração, desta forma, **DECIDE** :

- 1- Não acatar e julgar improcedente o Pedido de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2015, encaminhado pela empresa BENEDITINOS BAZAR E PAPELARIA LTDA. – ME;**
- 2- Encaminhar Ofício informando da decisão à empresa pleiteante;**
- 3- Divulgar no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br e www.subsecmilitar.rj.gov.br, a presente decisão;**
- 4- Elaborar Errata, retificando o item alusivo ao Objeto Contratual no Edital do certame e no respectivo Termo de Referência (Anexo I ao Edital),**
- 5- Suspender Administrativamente o Pregão Eletrônico nº 004/2015, para retificação do Edital e posterior reabertura de prazo.**

Rio de Janeiro, em 08 de setembro de 2015.

Atenciosamente,

Gilber Gil da Conceição Silva - Cel PM
Diretor Geral de Administração e Finanças
ID 2018464-6